



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 210/2025
PRC 209/2025

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2025, o Município de Sarzedo, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.509/0001-58, com sede da Prefeitura localizado na Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477, Centro, Sarzedo/MG, neste ato representado pela sua Secretária Municipal abaixo assinado, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 76/2025, resolve registrar os preços da empresa a seguir, doravante denominada simplesmente Prestador de Serviços, observadas as disposições do edital e as cláusulas deste instrumento.

PRESTADOR DE SERVIÇOS:

SOBERANA SERVICE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 29.286.776/0001-00, com sede na Rua Andrade Melo, n.º 315, Bairro Serrano, CEP.: 30.881-540, Belo Horizonte/MG, Telefone: (31) 3995-0427 / 3462-2031, E-mail: equipedelicitacao@gmail.com, neste ato representada por Luiz Antônio de Lima, brasileiro, separado, sócio administrador.

1 - PRESSUPOSTOS JURÍDICO ADMINISTRATIVOS

A presente ata decorre de procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico para Registro de preços nº 76/2025 do dia 16/12/2025, julgado em 16/12/2025 e homologado em 23/12/2025, regido pelo disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

2 - DO OBJETO

2.1 Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água, incluindo a emissão de Laudos de Análise Microbiológica, fornecimento de insumos necessários e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação.

2.2 Constitui parte integrante deste instrumento, independente de transcrição o Termo de Referência e a Proposta de Preços do Prestador de Serviços.

3 - PREÇO

3.1 A presente Ata tem preços registrados conforme quadro abaixo:

LOTE	ITEM	SERVIÇO	UND	Nº DE CAIXAS D'ÁGUA	QTDE TOTAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	1	Serviço de limpeza e desinfecção de caixas d'Água de 500 a 1000 litros, com fornecimento de todos os equipamentos e produtos necessários à execução do serviço	serv	19	38	R\$ 319,51	R\$ 12.141,38
	2	Serviço de limpeza, higienização e sanitização de caixas d'Água de 1.500 a 2.000 litros, com fornecimento de	serv	9	18	R\$ 616,75	R\$ 11.101,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

	todos os equipamentos e produtos necessários à execução do serviço					
3	Serviço de limpeza, higienização e sanitização de caixas d'Água de 3.000 a 5.000 litros, com fornecimento de todos os equipamentos e produtos necessários à execução do serviço	serv	8	16	R\$ 486,06	R\$ 7.776,96
4	Serviço de limpeza, higienização e sanitização de caixas d'Água de 12.000 a 15.000 litros, com fornecimento de todos os equipamentos e produtos necessários à execução do serviço	serv	2	4	R\$ 604,42	R\$ 2.417,68
5	Serviço de limpeza, higienização e sanitização de caixas d'Água de 40.000 litros, com fornecimento de todos os equipamentos e produtos necessários à execução do serviço	serv	1	2	R\$ 1.168,24	R\$ 2.336,48
6	Serviço de Coleta e análise microbiológica da água com emissão de laudo técnico e Certificado para cada local.	serv	20	40	R\$ 330,65	R\$ 13.226,00
TOTAL DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO			39	78	-	
TOTAL DE COLETA E ANÁLISE C/ LAUDOS			20	40	-	
VALOR TOTAL					R\$ 49.000,00	

3.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência na prestação de serviços em igualdade de condições.

4 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do artigo 25, inciso I do Decreto Municipal 1556/2023.

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados, nos termos do artigo 25, inciso II do Decreto Municipal 1556/2023.

4.1.3 No caso do reajustamento deverá ser respeitada a contagem da anualidade, mediante a aplicação de índice (s) de reajuste de preços compatíveis com o mercado do setor, podendo ser adotado o Índice de Preços para o Consumidor Amplo – IPCA (calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), nos termos do artigo 25, inciso III do Decreto Municipal 1556/2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

4.1.4 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação, nos termos do artigo 25, inciso III do Decreto Municipal 1556/2023.

5 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no parágrafo 4º, artigo 26 do Decreto Municipal 1556/2023.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no parágrafo 6º, artigo 27 do Decreto Municipal 1556/2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

6 - DA EXECUÇÃO

6.1 O Prestador de Serviços deverá executar, semestralmente, os serviços de lavagem, higienização e desinfecção de cada caixa d'água nos locais relacionados, bem como realizar a coleta de amostras de água para análise bacteriológica em laboratório devidamente credenciado.

6.1.1 O Prestador de Serviços deverá iniciar a prestação dos serviços em até 10 dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço (ou da data estipulada no cronograma de serviços aprovado).

6.2 As análises bacteriológicas deverão ser realizadas após a conclusão dos serviços de limpeza e higienização das caixas d'água, em laboratório confiável, devidamente credenciado e reconhecido por órgão competente, que assegure a confiabilidade e a rastreabilidade dos resultados obtidos.

6.2.1 O Laudo de Potabilidade da Água (com parecer conclusivo de potabilidade ou não) deverá ser entregue à fiscalização em até 15 dias úteis após a execução dos serviços, juntamente com o Relatório Fotográfico.

6.3 A coleta da água para análise microbiológica deverá ser realizada em cada ponto de coleta, conforme planilha contendo os locais discriminados abaixo.

UNIDADES DE COLETA DA ÁGUA E EMISSÃO DOS LAUDOS					
ITEM	SERVIÇOS (SERV)	LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO	ENDEREÇO DOS LOCAIS DO SERVIÇO	QUANT. CAIXAS	VOLUME DAS CAIXAS
1.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Almoxarifado da Educação	Rua Hélio Magalhães Henrique, 183, Central Parque (ao lado do supermercado BH carga e descarga)	1	500 L
2.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	CEMEI Dona Sarita	Rua dos Inconfidentes, nº 150, Bairro Jardim Anchieta	1	12.000
3.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	CEMEI Dona Sindô	Rua Alameda das Palmeiras, nº s/nº, Bairro Masterville	1	15.000
4.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	CEMEI Espaço Nosso	Rua Benevides José Inácio, nº 111 Bairro Santa Mônica	1	5.000
5.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	CEMEI Neuza Cardoso da Silva	Avenida São Lucas, nº 233, Bairro Imaculada	3	1500
6.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Milton Saldanha	Rua Realino Pinheiro, nº 214, Bairro Brasília	4	2.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

7.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Coordenação Pedagógica	Rua José Batista Filho, nº 393, Apartamento A	1	1.000
8.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	DGIP	Rua Antônio Teófilo dos Santos, nº 133, Central Park (abaixo do Almojarifado da Educação)	1	500
9.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Escola Municipal Alaíde de Oliveira Sales	Rua Rio Aimoré nº 53 Bairro Jardim Planalto	1	5.000
10.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Escola Municipal Antônio Pinheiro Diniz	Avenida Rouxinol, nº 365 Bairro São Joaquim	2	5.000
11.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Escola Municipal Eva Fernandes Caldeira	Rua São Marcos, nº 374 Bairro Imaculada Conceição	2	1.000
12.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Escola Municipal Fazenda Santa Rosa de Lima	Rua Dezoito, nº 365 Bairro Santa Rosa	1	40.000
13.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Escola Municipal José Batista Filho	Rua Estácio de Sá, nº 127, Bairro Jardim Vera Cruz	2	3.000
14.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Escola Municipal Juscelino Dias Magalhães I	Rua Iolanda Martins, nº 780, Bairro Brasília	4	1.000
15.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Escola Municipal Juscelino Dias Magalhães II	Rua Iolanda Martins nº 840, Bairro Brasília	2	1.000
16.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Escola Municipal Marinete Damasceno Pinheiro	Rua Irene Pinheiro Avelar, nº 319, Bairro Central Parque	4/1	1.000/500
17.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Escola Municipal Professora Efigênia Mendonça Pinheiro	Avenida João Pinheiro, nº 236 Bairro Brasília	2	5.000
18.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Escola Municipal Professora Helena Eustáquia de Souza	Avenida das Palmeiras, 156, Bairro Masterville	2	1.500



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

19.	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	NAPSI	Rua Eloy Cândido Melo, nº 1.030 - Bairro Santa Mônica	2	1.000
20	Limpeza, higienização e sanitização com emissão de laudo microbiológico	Secretaria de Educação	Rua José Batista Filho, nº 407, Bairro Vila Satélite	1	1.000

6.4 Caberá ao Prestador de Serviços o fornecimento de insumos e possuir pessoal disponível para tal serviço.

6.5 O recebimento definitivo do produto se dará depois da:

- **Verificação física para constatar a integridade dos mesmos;**
- **Verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes do pedido;**

6.6 Caso sejam insatisfatórias as condições de recebimento será lavrado **Termo de recusa**, no que se consignarão as desconformidades, devendo os serviços rejeitados ser substituído no prazo de até 5 dias úteis quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas;

6.7 Caso não ocorra no prazo determinado no item acima, estará incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas.

6.8 A execução dos serviços e o critério de recebimento deste será realizada de acordo com o Termo de Referência, o qual integra este instrumento para todos os fins de direito.

7 - DO PAGAMENTO

7.1 A prefeitura quitara os pagamentos em até 30 (trinta) dias após o recebimento das notas fiscais e apresentação dos documentos: Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito de Negativa e Certificado de Regularidade com o FGTS e CNDT, vigentes.

7.2 No caso dos documentos mencionados no item 7.1, estiverem com data de validade vencida, a contratada deverá providenciar e apresentar a nova documentação;

7.3 As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente instruídas, contendo todas as discriminações necessárias, devendo ser atestadas pelo órgão receptor, que encaminhará as mesmas à Seção Financeira.

7.4 À prefeitura reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento após entregues todos os itens que compõem a ordem de fornecimento.

7.5 As notas fiscais deverão ser emitidas em conformidade com cada ordem de fornecimento.

7.6 No caso de diminuição dos preços, a contratada deverá repassar o mesmo índice de reajuste a menor ao município.

7.7 Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

7.8 O Município, no ato do pagamento, realizará as retenções que legalmente incidirem sobre o pagamento devido ao fornecedor, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB 1.234/12 e do Decreto Municipal nº 1.607/2023.

7.8.1 Para permitir a retenção elencada na cláusula anterior, o fornecedor do bem deverá informar no documento fiscal o valor do IR e das contribuições a serem retidos na operação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

7.8.2 Em caso de documento de cobrança com código de barras, deverá ser informado o valor bruto contratado e o valor do IR a ser retido, efetuando-se o pagamento pelo valor líquido deduzido da respectiva retenção, conforme determina o art. 11 da IN nº 1234, de 2012.

7.8.3 Cabe exclusivamente ao fornecedor analisar o disposto na IN RFB 1.234/12 e no Decreto Municipal nº 1.607/2023, com vistas a requerer eventual imunidade, isenção ou não incidência da retenção do Imposto de Renda sobre a Nota Fiscal.

7.9 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8 EM CASO DE ATRASO DE PAGAMENTO

8.1 Serão pagos juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, de acordo com a fórmula abaixo:

MORA DIÁRIA

PV = VALOR A SER PAGO

I = TAXA DE JUROS AO MÊS (HUM POR CENTO)

MORA DIÁRIA = $\frac{PV \times I}{100}$

30

9 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9.1 Responsabilizar-se pela lavratura do contrato ou outro instrumento substitutivo se for o caso, com base nas disposições da Lei 14.133/2021 e suas alterações;

9.2 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação;

9.3 Acompanhar, controlar e avaliar a prestação do serviço e entrega do material, através da unidade responsável por esta atribuição;

9.4 Zelar para que durante a vigência da ARP, sejam cumpridas as obrigações assumidas com o PRESTADOR DE SERVIÇOS, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação;

9.5 Serão considerados para efeito de pagamento os produtos efetivamente entregues pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS e aprovados pelo setor responsável pelo recebimento.

9.6 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS.

9.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do PRESTADOR DE SERVIÇOS, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.8 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes do PRESTADOR DE SERVIÇOS em suas dependências, desde que respeitadas às normas de segurança.

9.9 Efetuar os pagamentos devidos ao PRESTADOR DE SERVIÇOS, na forma convencionada, dentro dos prazos previstos, desde que atendidas às formalidades necessárias após a aceitação dos serviços.

9.10 Notificar e comunicar ao PRESTADOR DE SERVIÇOS de qualquer irregularidade encontrada na execução dos fornecimentos.

9.11 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

9.12 Modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do PRESTADOR DE SERVIÇOS.

9.13 Rescindir unilateralmente o presente contrato nos casos especificados no inciso I do art. 138, da Lei 14.133/2021.

10 - DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

10.1 Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidente de trabalho, com relação ao pessoal designado para a execução do objeto, que não terá com o Município qualquer vínculo empregatício;

10.2 Assumir todos os gastos e despesas que fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste objeto.

10.3 Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste contrato.

10.4 Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações;

10.5 Sujeitar-se à fiscalização por parte da Prefeitura, através do servidor designado para acompanhar a execução do objeto, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

10.6 Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas, irregularidades constatadas pela fiscalização da Prefeitura;

10.7 Responsabilizar-se pelo pagamento de toda e qualquer indenização por danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de seus funcionários a Contratante e/ou a terceiros decorrentes da execução do objeto.

10.8 O reconhecimento dos direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa previsto na lei 14.133/2021

10.9 Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários do mesmo.

10.10 Fornecer o objeto rigorosamente nas especificações e prazos constantes no Termo de Referência, parte integrante deste, independente de transcrição

10.11 Realizar o objeto de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes da execução.

10.12 Responsabilizar-se pelo transporte desde o estabelecimento de origem até o local de entrega, bem como seu descarregamento.

10.13 A contratada deverá apresentar, Laudo de Potabilidade da Água (com parecer conclusivo de potabilidade ou não) deverá ser entregue à fiscalização em até 15 dias úteis após a execução dos serviços, juntamente com o Relatório Fotográfico.

10.14 Os profissionais escalados para a execução do serviço devem estar aptos e devidamente capacitados para as funções, apresentando certificados válidos de treinamento em trabalhos em espaço confinado (NR33) e trabalho em Altura (NR35), todos deverão estar usando EPIs, conforme as normas de segurança do trabalho.

11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 der causa à inexecução parcial;

11.1.2 der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

11.1.3 der causa à inexecução total;

11.1.4 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5 deixar de entregar a documentação exigida ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado durante a contratação;

11.1.6 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.7 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação;

11.1.9 fraudar a contratação;

11.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2 induzir deliberadamente a erro na contratação;

11.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

11.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência, em caso de negligência, pendências, imperfeições e/ou falta corrigível.

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações a multa será de 0,5 à 30% do valor da ata de registro de preços ou do contrato.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

11.10 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12 - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

12.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão no presente exercício à conta das dotações orçamentárias indicadas pela Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamentos.

12.2 Em caso de empenho ou contrato firmado para os anos posteriores o crédito orçamentário será informado conforme previsto no orçamento Municipal do respectivo ano calendário.

13- DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1 A gestão e fiscalização da ARP será realizada pelos servidores indicados abaixo, a qual compete as atribuições estabelecidas na portaria 677/2022:

GESTORES ARP/CONTRATO: Waldilene Aparecida Leal Barbosa de Melo, matrícula 9865, Almojarifado Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

FISCAIS DE ARP/CONTRATO: Bárbara Cristina Gonçalves, matrícula 11163.

13.2 Compete ao Gestor do Contrato exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos.

13.3 Compete ao Fiscal do Contrato exercer a verificação concreta da compatibilidade do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

13.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do PRESTADOR DE SERVIÇOS, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

14 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2 A ata de registro de preços vincula-se as suas próprias cláusulas, ao edital, às normas e princípios de Direito Público, as regras da Lei 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente as normas de Direito Civil.

14.3 O regime jurídico desta ata de registro de preços é instituído pela Lei 14.133/2021.

15 - DA TRANSFERÊNCIA DO OBJETO

15.1 É vedada a transferência no todo ou em parte deste objeto.

16 - DA VIGÊNCIA

16.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 22 do Decreto Municipal nº1.556/2023 alterado pelo Decreto 1680/2024.

16.2 No ato da renovação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderão ser renovados os quantitativos, até o limite do quantitativo original, caso em que deverá constar no ato do prazo a ser prorrogado e o quantitativo a ser renovado.

16.3 Vedação a acréscimo de quantitativos

16.3.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos da Capitulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

17.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

17.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

17.1.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.2 O descumprimento, por parte da DETENTORA DA ATA, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Prefeitura de Sarzedo o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

17.3 O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a DETENTORA DA ATA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da DETENTORA DA ATA, independentemente de outras penalidades.

17.4 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sujeitando-se a DETENTORA DAATA às sanções administrativas pertinentes.

17.5 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

17.6 Caracterizada a inexecução e constatado o prejuízo ao interesse público, a Prefeitura de Sarzedo poderá aplicar à DETENTORA DA ATA outras sanções e até mesmo iniciar o processo de extinção do instrumento contratual e de cancelamento da ata de registro de preços.

17.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

17.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

17.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

17.7.3 não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

17.7.4 sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.7.4.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

17.8 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata:

17.8.1 por razão de interesse público devidamente comprovado e justificado;

17.8.2 a pedido do fornecedor;

17.8.3 descumprir as condições da ata de registro de preços;

17.8.4 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

17.8.5 não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

17.8.6 sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

17.8.6.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos III, IV e VI do caput será formalizado por despacho fundamentado.

18 - DA PUBLICAÇÃO

18.1 A eficácia do presente instrumento está vinculada à Portal nacional de Contratações Públicas - PNCP, sendo está de responsabilidade da Prefeitura.

19 - DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Administração, a qual avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente os preços registrados.

19.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência da entrega do objeto em igualdade de condições.

19.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos da Lei 14.133/2021.

19.4 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21;
- c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

19.5 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.6 As aquisições ou as contratações adicionais por ADESÃO, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

19.7 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

19.8 Após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Rua Eloy Cândido de Melo, nº 477 - Centro – CEP. 32.450-000

Estado de Minas Gerais

Fone: (31) 3577-7010 CNPJ: 01.612.509/0001-58

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Poderão ser feitos termos contratuais durante a vigência da presente ata.

20.2 Fica eleito o FORO da Comarca de Ibité para dirimir quaisquer dúvidas quanto à execução da presente ata.

20.3 E por estarem justas, as partes firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Sarzedo, 29 de dezembro de 2025.

Pelo Município:

Valdirene Araújo Lacerda Santos
Secretária Municipal de Educação

Pelo Prestador de Serviços:

Luiz Antônio de Lima
SOBERANA SERVICE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA LTDA

Testemunhas:

Breno Gomes da Silva
Matrícula 9175

Guilherme Alves de Araújo
Matrícula 11195

Emitido por: Breno Gomes da Silva.